

Cotação

- Dólar: R\$ 5,25
- Euro: R\$ 6,19



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quinta-feira • 05 de fevereiro de 2026

CLIPPING

Efemérides

Hoje	06 de Fevereiro
<ul style="list-style-type: none">• Dia do Datiloscopista	<ul style="list-style-type: none">• Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Vaginal• Dia do Agente de Defesa Ambiental• Dia Internacional da Internet Segura



Agenda do dia

Hoje	06 de Fevereiro
<ul style="list-style-type: none">• Sem agenda	<ul style="list-style-type: none">• Sem agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Jornal Vanguarda • Bom Dia Vanguarda • G1 Vanguarda • TV Câmara Caraguatatuba • Radar Litoral • Diário Caiçara • Revista Fórum • Jornal Agora Litoral Norte • Litoral em Pauta • Tamoios News • Fala Caraguá • Jornal do Litoral • Portal Notícias do Litoral • Boca no Trombone • 012 News • Notícias das Praias • Litoral Norte Web • Notícias do Litoral Norte • O Vale • TH Mais

Índice

Política.....	3
Folha de São Paulo.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
O Estado de São Paulo.....	12
O Estado de São Paulo.....	13
Jornal Atos.....	14
Jornal Atos.....	15
Na 1ª sessão do ano, Câmara de Caraguá aprova projetos voltados à inclusão e valorização do servidor.....	16
Marco Aurélio Santana Ribeiro, chefe de gabinete do presidente Lula, recebe Título de Gratidão Caiçara, em Caraguatatuba.....	17
Cotidiano.....	18
“Verão no Clima” chega a Caraguatatuba com educação ambiental e atrações gratuitas neste sábado (7).....	18
Gestão Mateus Silva anuncia novo Complexo Esportivo para fortalecer lazer e esporte na Região Sul de Caraguá.....	19
Aplicativo “Caraguatatuba” reúne serviços, atrações e eventos em plataforma única de Turismo.....	20
Saída Fotográfica com Gustavo Grunewald é destaque neste sábado em Caraguatatuba	21
Caraguatatuba inaugura Padaria Artesanal voltada à geração de trabalho e renda.....	22
Folia com responsabilidade: Caraguatatuba reforça prevenção e cuidado com a saúde durante Carnaval.....	23
Prefeitura de Caraguatatuba reforma campo de futebol society do Rio do Ouro.....	24
VAGAS DISPONÍVEIS NO PAT - 04.02.26.....	25
Cultura.....	26
  Você sabia que o documentário “Ritas”, que retrata a vida e a trajetória da inesquecível Rita Lee, foi o mais assistido nos cinemas brasileiros em 2025?.....	26
Geral.....	27
GCM de Caraguatatuba prende suspeito de furtar caixa de som avaliada em R\$ 2 mil na Avenida da Praia.....	27
Homem é morto a pauladas após discussão por disputa de casa em Caraguatatuba; suspeito foi preso.....	28
Procurado por pensão alimentícia é capturado pela GCM durante atendimento no Poupatempo de Caraguatatuba.....	29
Após denúncia, homem é preso em flagrante por maus-tratos a cachorro em Caraguatatuba.....	30
Reportagens Passadas.....	31

Reportagem no programa Link Vanguarda.....	31
Reportagem na TV Câmara.....	32
Reportagem na TV Câmara.....	33
Clipping Eletrônico.....	34
Entrevista com o presidente da Fundacc, Adba Cuba para a TV Câmara.....	34

Política

Folha de São Paulo



Ministros do Supremo Tribunal Federal em sessão no plenário da corte, em Brasília. Artório Augusto/Divulgação STF

Moraes e Toffoli reagem a pressão por código e defendem participação em empresas

Ministros afirmam que 'Constituição e lei da magistratura bastam' e citam 'demonização de palestras' pela opinião pública e imprensa

Luisa Martins

BRASÍLIA Em meio às discussões sobre a criação de um código de conduta no STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Alexandre de Moraes negou nesta quarta-feira (4) que integrantes da corte julguem casos com os quais tenham relação pessoal e disse que a opinião pública "passou a demonizar palestras".

Moraes também afirmou que a Constituição Federal e a Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) "bastam para reger a magistratura", fala que foi compreendida como uma crítica às diretrizes defendidas pelo presidente do STF, Edson Fachin. As declarações foram dadas durante sessão de julgamento de ação sobre regras para manifestação de juízes nas redes sociais.

"Se a Constituição não solucionou e a Loman não solucionou, o Código Penal vai solucionar. Basta aplicar", disse o ministro na sessão, ao defender resolução do CNJ [Conselho Nacional de Justiça] que fixou parâmetros para o uso de redes por juízes.

O ministro citou que, nas carreiras públicas, a magistratura é a que tem mais restrições sobre atividades extras. "O magistrado não pode fazer mais nada na vida, só o magistério. Pode dar aulas, dar palestras. E como só pode dar aulas e palestras, passaram a demonizar as palestras. Por falta do que criticar, daqui a pouco a má-fé vai para quem dá aula nas universidades", disse.

Também afirmou que as regras de impedimento e suspeição são claras no âmbito do Supremo e que "o magistrado, desde o juiz de Aguai [município de São Paulo] até o STF, está impedido de julgar qualquer caso que

tenha como partes ou como advogados seus parentes". Ele ainda criticou a imprensa.

Essa foi a primeira manifestação pública do ministro sobre o assunto desde a eclosão em dezembro da crise do Banco Master, que colocou o tribunal sob pressão. O escritório da esposa do ministro, a advogada Viviane Bardi de Moraes, firmou contrato de R\$ 3,6 milhões mensais com a instituição financeira para representá-la na Justiça.

Também no centro da crise devido a negócios familiares que associam seus irmãos a um fundo de investimentos ligado ao Master, o ministro Dias Toffoli, relator da investigação sobre a instituição financeira, defendeu que juízes podem ser sócios de empresas, desde que não dirigentes.

"Vários magistrados são fazendeiros, donos de empresas. E eles, não excedendo a administração, têm todo o direito aos seus dividendos", disse ele em resposta a Moraes, que havia feito um apontamento semelhante.

De acordo com Moraes, a lei da magistratura só proíbe que juízes sejam sócios-dirigentes. "Se assim não fosse, nenhum magistrado poderia ter uma aplicação no banco, ter ações no banco. Ah, é acionista do banco, então não vai poder julgar ninguém do sistema financeiro", criticou.

Toffoli ainda afirmou que os magistrados precisariam "doar herança a entidade de caridade".

Relator da investigação sobre o Banco Master, Toffoli tem tido sua conduta questionada desde que viajou de jatinho com um dos advogados da causa, impôs um severo regime de sigilo ao processo e proferiu uma série de decisões que causaram mal-estar com a Polícia Federal.

Ao defender a resolução do CNJ sobre o uso de redes sociais para juízes, assinada durante a sua gestão na presidência do conselho e do Supremo, Toffoli disse que são normas "de autolimitação, de autocontenção", que não extrapolaram o que já estava previsto na Constituição e na lei orgânica da magistratura.

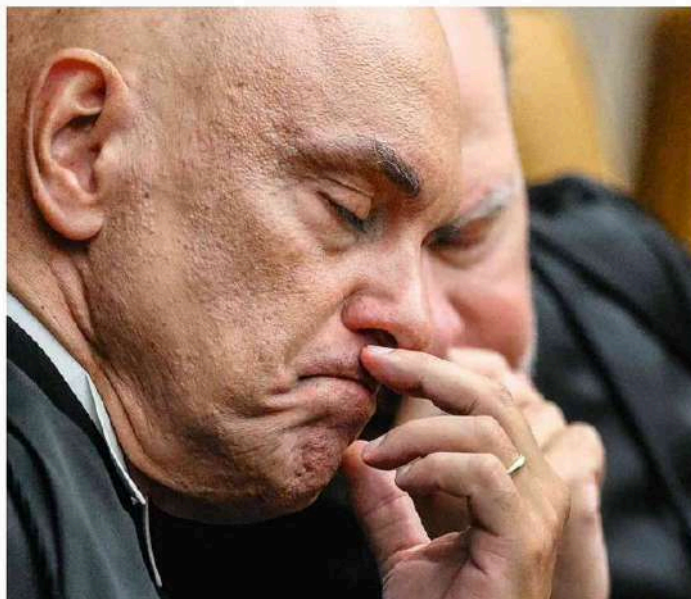
Apesar das manifestações, Moraes e Toffoli se manifestaram pela validade da resolução do CNJ, editada em 2019 para evitar manifestações de cunho político-partidário por magistrados na internet. Moraes, relator da ação, votou no caso nesta quarta, enquanto Toffoli fez um breve comentário, mas ainda não se manifestou formalmente.

Até o momento, seguiram o relator os ministros Kassio Nunes Marques, Cristiano Zanin e André Mendonça, além da ministra aposentada Rosa Weber, que deixou registrado o seu posicionamento antes de deixar a corte, em 2023. Por esse motivo, o ministro Flávio Dino, que a substituiu, não participará do julgamento.

O presidente do STF interrompeu o julgamento para que seja continuado quando o ministro Luiz Fux se recuperar da pneumonia que o acometeu nos últimos dias. Além de Fux e Toffoli, faltam votar a ministra Cármen Lúcia, o ministro Gilmar Mendes e o próprio Fachin.

A ação contra a resolução do CNJ foi escolhida por Fachin como o primeiro item da pauta de 2026 como forma de manter o assunto da ética pública vivo no tribunal. Outros julgamentos que tangenciam esse tema estão previstos para março, como processos que discutem penduricalhos nos salários de juízes no país e procuradores estaduais.

Folha de São Paulo



Alexandre de Moraes e Dias Toffoli na sessão de abertura do ano judiciário no STF. Gabriela Bitó - 21/fev/26/Folhapress

Entenda julgamento de 2023 no STF que ampliou atuação de parentes de juízes em tribunais

Lei derrubada impediria Moraes de julgar caso do Banco Master, e Toffoli, os da JBS; os dois ministros votaram para acabar com o veto

SÃO PAULO Em agosto de 2023, familiares de juízes do Supremo Tribunal Federal ficaram mais livres para atuar em causas envolvendo conflito de interesses com os ministros. Naquele mês a corte anulou um trecho do Código de Processo Civil e passou a permitir a atuação de juízes em ações que envolvam clientes de seus parentes.

A parte da lei extinta vedava uma prática de tentar influir no resultado dos julgamentos. Um cliente contrata familiares de um magistrado numa causa A, em que o ministro não atua, para buscar favorecer seus pleitos numa causa B, em que o juiz atua.

Se não tivesse sido invalidada pelo STF, a norma proibiria o ministro Alexandre de Moraes de atuar em ações de interesse do Banco Master. Isso porque a empresa contratou para tarefas genéricas, em acordo que poderia render até R\$ 129 milhões, o escritório da esposa de Moraes, Viviane Barci, segundo publicação incontestada de O Globo.

Sem a flexibilização, Dias Toffoli também teria ficado impedido de julgar ações da J&F, que contratou a então mulher do ministro, Roberta Rangel, para uma disputa empresarial. Em dezembro de 2023, já livre da restrição, Toffoli suspendeu multa de R\$ 10,3 bilhões do conglomerado, derivada de corrupção confessa.

Lei derrubada pelo Supremo

COMO ERA ATÉ 2023

Trecho do Código de Processo Civil proibia desde 2015 o juiz de participar de processo em que uma parte fosse cliente de escritório de advocacia do seu cônjuge ou parente até 3º grau, mesmo que a parte fosse representada por advogado de outra sociedade

COMO É HOJE

Em agosto de 2023, o STF julgou a regra inconstitucional; a maioria dos ministros considerou que o trecho ofende o princípio da proporcionalidade

PLACAR DE 7 A 4

A derrubada da regra contou com votos dos ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Kassio Nunes Marques, André Mendonça e Cristiano Zanin. Ficaram vencidos Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Cármen Lúcia

DEFESA DE RETORNO

Especialistas consultados pela Folha defendem a retomada da regra ou a criação de uma norma equivalente

Toffoli e Moraes compuseram a maioria de sete, que prevaleceu no julgamento de agosto de 2023 e liberou magistrados para julgar causas de clientes de parentes. Gilmar Mendes, Luiz Fux, Kassio Nunes Marques, André Mendonça e Cristiano Zanin também votaram para derrubar a lei que proibia essa participação.

Os quatro votos a favor do dispositivo do Código de Processo Civil foram de Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Edson Fachin. Apenas Fachin e Cármen permanecem no tribunal e agora tentam —ele como presidente, ela como relatora— reinstaurar restrições ao comportamento de ministros.

A ideia de Fachin é aprovar um código de conduta, a exemplo dos que adotaram cortes constitucionais dos Estados Unidos e da Alemanha. A proposta de código enviada ao STF pela seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil reestabelece o veto à atuação em casos de clientes de parentes de magistrados.

Viagens a convite, presentes, concessão de audiências, publicidade de agendas, manifestações e atuação profissional após a saída do tribunal também são itens regulados na minuta da OAB-SP. Para a adoção de um código de conduta, Edson Fachin e Cármen Lúcia terão de convencer ao menos outros quatro colegas.

Folha de São Paulo

Ministério Público Militar vê descaso de Bolsonaro com ética das Forças

Ex-presidente deixou de zelar 'pelo bom nome' dos fardados, afirma a representação do órgão; no STM, cada um dos acusados terá seu caso relatado por um ministro

Ana Pompeu

BRASÍLIA O Ministério Público Militar apontou, ao defender a perda da patente de Jair Bolsonaro (PL), descaso do ex-presidente "com os preceitos éticos mais básicos" da ética militar. Para o órgão, é incontestável a gravidade dos delitos, em intensidade que deve resultar na perda da patente.

Na representação enviada na terça (3) ao STM (Superior Tribunal Militar), o órgão listou uma série de deveres militares ignorados por Bolsonaro, como da probidade, do respeito à "dignidade da pessoa humana" e o cumprimento das leis e das "ordens das autoridades competentes".

O texto cita declarações dele no 7 de Setembro de 2021, quando disse que só deixaria o poder "preso, morto ou com vitória". "Quero dizer aos canalhas que eu nunca serei preso". Enumera regras que teriam sido descumpridas por Bolsonaro, como quando, ainda ostentando a patente de capitão do Exército, ele deixou de

"conduzir-se, mesmo fora do serviço ou quando já na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro militar".

Segue argumentando que Bolsonaro deixou de zelar "pelo bom nome das Forças Armadas e de cada um de seus integrantes", e que, por parcela relevante do seu mandato como presidente da República, se afastou da obediência "aos preceitos da ética militar".

A defesa de Bolsonaro não se manifestou sobre o assunto.

O STM recebeu nesta terça as representações de perda de patente de cinco militares do núcleo crucial da trama golpista liderada por Bolsonaro, enviadas pelo MPM: Bolsonaro, que é capitão reformado, os generais da reserva Augusto Heleno, Walter Braga Netto e Paulo Sérgio Nogueira e o almirante Almir Garnier.

Diferentemente do rito do STF (Supremo Tribunal Federal), em que o núcleo central da trama golpista foi julgado em uma única ação, no STM cada um terá o caso



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante sessão do julgamento da trama golpista no STF. Exarico S4 - 10 Jun 25/APP

relatado separadamente. Quando o procurador põe a representação no sistema, a distribuição é automática.

O entendimento é de que, embora os casos tenham sido analisados em conjunto pelo STF, o STM julga o comportamento dos militares, e, por isso, não haveria

justificativa para a reunião dos casos sob uma única relatoria.

O texto assinado pelo procurador geral da Justiça Militar, Cláudio Roberto de Bortolli, resume as acusações pelas quais Bolsonaro foi condenado no STF e o acórdão da decisão da Primeira Turma, proferida em setembro passado.

No caso de Walter Braga Netto, Bortolli disse que ele teve atuação estratégica e intelectual na tentativa de ruptura democrática e para dar concretude às ações mais violentas da trama. E que promoveu ataques aos comandantes das Forças que não aderiram ao planejamento, para constrangê-los.

Para o procurador, Braga Netto teria violado "o primeiro dos preceitos da ética militar": o dever de "amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal".

A representação contra o general Heleno, ex-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), cita o uso do órgão e da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) para a construção e divulgação de uma falsa alegação de vulnerabilidade das urnas eletrônicas e de falta de legitimidade da Justiça, "com a finalidade de gerar instabilidade institucional e caos social", citando o acórdão do STF.

O texto também ressalta que Heleno era um dos quadros mais prestigiados das Forças Armadas, que "permitiu que seu nome fosse utilizado por Jair Messias Bolsonaro".

Os nomes no STM

- Jair Bolsonaro
- Walter Braga Netto
- Augusto Heleno
- Paulo Sérgio Nogueira
- Almir Garnier

Folha de São Paulo

Câmara aumentará verba de gabinete em 23% após reajuste para servidores

Valor, que hoje é de R\$ 133 mil por mês por deputado, deve subir para cerca de R\$ 165 mil mensais, dizem integrantes da Mesa Diretora

Augusto Tenório, Luany Galdeano e Raphael Di Cunto

BRASÍLIA A Câmara aumentará em cerca de 23% a verba de gabinete dos deputados, após aprovar um projeto que reajusta os salários dos servidores da Casa, além de criar um novo penduricalho. O valor que cada parlamentar terá para pagar o vencimento dos seus funcionários passará a ser cerca de R\$ 165 mil mensais.

Esse aumento acontecerá por meio de ato da Mesa Diretora, que deve ser assinado ainda nesta quarta (4) pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Há previsão ainda de um auxílio-saúde para os servidores.

A verba de gabinete é o valor que congressistas possuem para pagar os funcionários do seu escritório. Atualmente, cada depu-

tado tem cerca de R\$ 133 mil por mês para distribuir para até 25 secretários parlamentares.

Líderes argumentam que, como o salário dos servidores aumentará, também será necessário atualizar a verba de gabinete. Caso contrário, afirmam que serão obrigados a demitir funcionários para manter o limite atual.

Segundo o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o reajuste deve aumentar de 8% a 9,3% os vencimentos dos servidores. Líderes defendiam um reajuste da verba de gabinete no mesmo patamar.

Há também aumentos indiretos no projeto. Ele extingue a gratificação de representação para servidores do Legislativo e cria um novo adicional, cujo valor varia entre 40% e 100% do vencimento básico de cada cargo. Esse



Lula e Hugo Motta se abraçam durante evento no Palácio do Planalto. Gabriela Bló/Folhapress

+ Casa rejeita denúncia contra deputado do PT

O Conselho de Ética da Câmara rejeitou nesta quarta-feira (4) o pedido do Novo de suspensão do mandato de Lindbergh Farias (PT-RJ).

O Novo pediu a penalização por Lindbergh ter representado contra Marcel Van Hattem (Novo-RS) na PGR após discurso na tribuna da Casa.

valor não pode ultrapassar o teto constitucional. O projeto diz que o Orçamento da Câmara absorverá o aumento, sem necessidade de novos repasses ao Legislativo.

A proposta também estabelece uma licença compensatória para quem exerce função comissionada que dá um dia de folga a cada três trabalhados em períodos como feriados, finais de semana e outras jornadas de descanso.

Se a licença não for usufruída, o servidor poderá receber um valor equivalente em dinheiro, livre de Imposto de Renda e capaz de ultrapassar o teto. Há um limite de dez dias de licença por mês.

O projeto foi aprovado às pressas na Câmara. A proposta para os funcionários da Câmara foi apresentada somente na terça e também já foi aprovada no Senado. Agora, o texto vai à sanção do

presidente Lula (PT).

Houve reclamações. A deputada Adriana Ventura (Novo-SP) pediu mais tempo para análise do texto, mas foi derrotada em plenário. A Casa recusou também voto do deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP), impedindo a checagem de quem votou a favor da proposta.

Hugo Motta defendeu a proposta. "Estamos com este projeto que está sendo votado, e não está sendo discutido aqui, promovendo também o reajuste salarial dos secretários parlamentares, dos secretários dos Deputados, que são de livre contratação", iniciou.

O parlamentar emendou: "Estamos instituindo um aumento no salário de 8% [...], o mesmo reajuste que foi dado aos servidores do Judiciário".

Leia mais na pág. A13

Folha de São Paulo

Benefícios para servidores do Congresso podem levar a escalada de penduricalhos

Remuneração total de funcionários da Câmara chegaria a R\$ 90 mil em alguns casos; propostas aprovadas são vistas como contrarreforma administrativa e pioram problema fiscal

Luany Galdeano, Felipe Gutierrez e Eduardo Cucolo

BRASÍLIA E SÃO PAULO A aprovação dos projetos que reajustam salários do Legislativo e criam novos penduricalhos mostra uma corrida de servidores por privilégios que tende a crescer, pode contaminar outras carreiras e vai na contramão de um ajuste fiscal e de uma reforma administrativa.

As propostas incluem uma gratificação de 40% a 100% do vencimento-base para servidores da Câmara e do Senado, que também privilegia aposentados.

Também instituem uma licença compensatória para profissionais ocupantes de cargo efetivo de ambas as Casas que exercem função comissionada (no máximo um dia de folga a cada três trabalhados, com limite de dez por mês). Se não forem usufruídas, poderão ser convertidas em indenização, livres de IR e capazes de ultrapassar o teto constitucional de R\$ 46.366,19.

Os projetos têm impacto de pelo menos R\$ 650 milhões por ano. Apresentado e votado às pressas, o texto para a Câmara não é exatamente claro, mas abre brecha para que funcionários da Casa tenham remuneração bruta de até R\$ 90 mil em alguns casos, segundo cálculos feitos pela Folha e avaliados por especialistas.

Outras estimativas de integrantes da Câmara apontam para um salário líquido de até R\$ 74,4 mil, sem o desconto por Imposto de Renda, mas descontando os benefícios que não podem superar o teto constitucional.

Alison Souza, presidente do Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União), diz que no TCU (Tribunal de Contas da União), no Senado e na Câmara haverá limite de 25% para o penduricalho e que o valor máximo de remuneração é o do teto constitucional. Portanto, segundo ele, o valor bruto máximo que um servidor vai receber é R\$ 57,9 mil.



Deputados em sessão plenária na Câmara. Pedro Ladeira - 18.nov.25, Folhapress

As propostas foram aprovadas e enviadas para sanção presidencial, junto com outro projeto similar para servidores do TCU.

O Planalto diz não ter sido consultado sobre esses projetos e, de acordo com aliados do presidente Lula (PT), a tendência é vetar as propostas (leia texto abaixo).

Mas há também um projeto do Executivo de criação de cargos e reajuste para servidores com custo anual de R\$ 4,3 bilhões a R\$ 5,3 bilhões, aprovado na Câmara e que ainda será analisado pelo Senado.

Sinal errado

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda de São Paulo, afirma que esses projetos passam um sinal errado em um momento em que as contas públicas estão fragilizadas, haverá novo déficit em 2026 e a dívida está crescendo. Além disso, o rompimento do teto pode ter um "efeito dominó", com o avanço de projetos que beneficiem outras carreiras.

"Essa é mais uma fatura que está sendo espetada para 2027. A argumentação das autoridades é que está previsto no Orçamento, mas isso não significa que o problema fiscal está equacionado."

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente, diz que o impacto das propostas se junta a aumentos de gastos, propostos pelo governo no ano eleitoral, que vão elevar o custo de um ajuste fiscal a partir de 2027.

"O que foi aprovado é uma contrarreforma administrativa, que piora o já complexo problema fiscal. Deveríamos cortar [gastos], mas o governo e o Congresso estão criando despesas. Claramente vai na direção oposta do que a gente deveria fazer", diz.

Para Bruno Carazza, professor de economia da FDC (Fundação Dom Cabral), a aprovação dos textos é um passo além na criação de penduricalhos. Enquanto os adicionais para servidores do Judiciário costumam ser de-

terminados por ato administrativo, os do Legislativo estão sendo instituídos em lei.

O professor afirma que a aprovação do texto vem na esteira de uma tendência que vem se alastrando pelo serviço público, com mais funcionários buscando subterfúgios que permitam vencimentos acima do teto.

"Decisões administrativas eram, em tese, mais fáceis de serem tomadas, porque claramente se iam contra a legislação, não tinham amparo legal e estavam descumprindo o teto. Nesse caso da Câmara e do Senado, é um passo além nesse processo e uma tendência que está se espalhando."

Antes de os PLs serem votados, Alison Souza, presidente do Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União), disse que a criação do penduricalho foi uma cópia do que acontece no Judiciário e Ministério Público. "Mimetiza o que eles fizeram como forma de compensar".
Leia mais na pág. A12

Projeção de adicionais para servidores do Congresso

CÂMARA

Vencimento básico (VB): R\$ 19.092
Gratificação de desempenho: até 100% do VB, no valor de R\$ 19.092
Gratificação por atividade legislativa: VB multiplicado por fator 0,74, totalizando até R\$ 14.128
Gratificação de representação (que se tornará acréscimo à de atividade legislativa): VB multiplicado por fator 0,5, totalizando até R\$ 9.546
Adicional de especialização: até 30% do VB, no valor de até R\$ 5.727
Licença compensatória: cada dia equivale a 1/30 da remuneração total, com indenização de no máximo dez dias, valor que chega a até R\$ 22.528
Remuneração bruta total: R\$ 90,1 mil

SENADO

Vencimento básico: R\$ 13.753
Gratificação de desempenho: até 100% do VB, no valor de R\$ 13.753
Gratificação de atividade legislativa: VB multiplicado por 1,66, no valor de R\$ 22.831
Gratificação de representação: VB multiplicado por, no valor de R\$ 12.378
Adicional de qualificação: até 30% do VB, no valor de R\$ 4.126
Licença compensatória: cada dia trabalhado equivale a 1/30 da remuneração total, de até R\$ 2.218*
Remuneração bruta total: R\$ 69 mil

*Diferentemente da proposta da Câmara, o texto para servidores no Senado não especifica um número máximo de dias por mês que darão direito a licença compensatória

O Estado de São Paulo

Lula vai à Sapucaí ver elogio a ele mesmo, e Planalto ignora risco de campanha antecipada

O presidente Lula não cogita deixar de ir ao desfile da Acadêmicos de Niterói, no Rio, cujo samba-enredo homenageia sua trajetória. O desfile será no domingo de Carnaval. Embora o tema das escolas seja de livre escolha, a homenagem desta vez é feita a um gestor no exercício do cargo e em pleno ano eleitoral. Além disso, a escola conta com recursos públicos, por meio da Embratur. Os fatos já são alvo de questionamentos no Tribunal de Contas da União e no Ministério Público Eleitoral. O núcleo palaciano, porém, avalia não haver risco de a presença de Lula na Sapucaí ser considerada campanha antecipada. “Ele não vai desfilar, ele vai só assistir”, minimizou um assessor direto. O enredo será “Do alto do Mungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil”.

● **JINGLE?** Os opositores reclamam que o samba funcionará como música de campanha na Sapucaí. A letra tem trecho como o tradicional “olé, olé, olé, olá, Lula, Lula” e, ainda, a marca do número 13 do PT. “Por ironia, treze noites, treze dias, me guiou Santa Luzia, São José alumiu. Da esquerda de Deus Pai, da luta sindical à liderança mundial”.

● **AÇÕES.** A escola recebeu R\$ 1 milhão da Embratur. Na avaliação da área técnica do TCU, há indícios de desvio de finalidade na verba. E a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) acionou a Justiça Eleitoral. Em 2012, Lula foi homenageado pela Gaviões da Fiel, mas não ocupava cargo público nem era candidato.

● **BONDE.** O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), ofereceu dois camarotes da prefeitura para Lula, a primeira-dama Janja e convidados. O presidente também estará acompanhado de ministros e parlamentares.

● **RETÓRICA.** O governador Ibaneis Rocha (MDB) ignorou o escândalo do Banco Master e aproveitou a mensagem enviada à Câmara do Distrito Federal, na abertura dos trabalhos legislativos, para tecer elogios à gestão do Banco de Brasília (BRB).

● **FAZ DE CONTA.** A despeito do rombo que as negociações com o banco de Daniel Vercaro provocaram, Ibaneis destacou: “O BRB reforçou seu compromisso com o desenvolvimento econômico e social do DF. No último ano, a instituição operacionalizou programas sociais que beneficiaram inúmeras famílias”. Acrescentou que o banco “também tem contribuído com iniciativas capazes de impulsionar a economia local, fortalecer o turismo e estimular a geração de empregos”.

● **À DISTÂNCIA.** Ibaneis não foi à Câmara, tampouco mandou representante, o que é incomum. Em 2025, o texto foi lido pela vice-governadora Celina Leão.

O Estado de São Paulo

Parentes advogados ampliam atuação no STF e no STJ após posse de ministros

De 1.860 processos nos dois tribunais com a participação de familiares, 1.289 tiveram início depois que os magistrados chegaram ao Supremo, mostra levantamento do 'Estadão'

WESLEY GALZO
BRASÍLIA
HUGO HENUD
SÃO PAULO

Parentes de primeiro grau de oito dos dez atuais ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) tiveram um salto na atuação em tribunais superiores após a ascensão de seus familiares à cúpula do Judiciário. Levantamento do **Estadão** mostra que 70% dos processos com a participação desses advogados foram protocolados depois de os ministros serem empossados no STF.

A reportagem contabilizou 1.860 processos no STF e no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que têm a participação de parentes dos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Edson Fachin, Luiz Fux, Cristiano Zanin, Gilmar Mendes, Kassio Nunes Marques e Flávio Dino. Deste total, 1.289 casos tiveram início após esses magistrados se tornarem integrantes da Suprema Corte (sete em cada dez ações). Outros 571 processos com envolvimento de advogados parentes dos magistrados tiveram início antes das suas posses.

O **Estadão** procurou os oito parentes citados, mas apenas Melina Fachin, Guiomar Feitosa, Karine Marques e Rodrigo Fux responderam. Todos disseram que os casos em que atuaram nos tribunais superiores foram originados em

instâncias inferiores e se mantiveram nos processos quando chegaram aos tribunais dos parentes (*mais informações na página ao lado*). André Mendonça e Cármen Lúcia não têm parentes de primeiro grau com ações nos dois tribunais.

Em nota, o STF afirmou que os ministros cumprem rigorosamente as normas, "abstenendo-se de atuar em causa em que haja impedimento legal". "A atuação de profissionais da advocacia que possuem parentesco com magistrados é regulada pelo Código de Processo Civil e pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), que estabelecem hipóteses claras de impedimento e suspeição", disse (*mais informações na página ao lado*).

TRANSPARÊNCIA. Essa atuação de parentes advogados não é ilegal, mas juristas e especialistas avaliam que o crescimento desse tipo de prática reforça a necessidade de regras mais claras de transparência e de salvaguardas éticas capazes de preservar a legitimidade institucional da Corte.

"Do ponto de vista do cliente, a aposta é que ter um parente de ministro do STF como advogado leve os membros do STJ ou do próprio STF a analisar o caso com mais cuidado, dadas as relações institucionais", disse Bruno Carazza, autor do livro *O País dos Privilégios*.

O desembargador aposentado

Walter Maierovitch afirmou que, "no campo dos indícios", há elementos significativos de que o aumento está relacionado "ao vínculo de parentesco e à crença malandra de se poder obter alguma vantagem no julgamento". Ele ponderou, contudo, que outros fatores devem ser considerados, como o momento de entrada na causa e o tipo de ação.

As normas em vigor exigem, em linhas gerais, a declaração de impedimento do ministro para julgar processos em que haja atuação direta de parentes. A seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) apresentou em janeiro a Fachin, presidente do STF, proposta de código de ética para ministros de Cortes superiores cujo conteúdo vedava atuação dessas autoridades em processos que tenham parentes de até o terceiro grau, amigos íntimos, advogados ou escritórios com vínculo direto com o magistrado.

O **Estadão** mostrou que a

"É preciso evitar que interesses e relações pessoais influenciem não apenas o julgamento final dos processos, mas também a percepção pública sobre a imparcialidade do tribunal"

Luiz Domes Esteves
Professor do Insper e pesquisador da USP

atuação da mulher de Moraes, a advogada Viviani Barci, aumentou de 27 processos no STF e no STJ para 152 nos tribunais após a posse do marido. A atuação do escritório se tornou alvo de questionamentos após a revelação de um contrato de R\$ 129 milhões firmado com o Banco Master. O mesmo ocorreu com a ex-mulher de Toffoli. Roberta Maria Rangel viu seus processos saltarem de 53 para 127. Já o filho de Fux, Rodrigo Fux, saiu de cinco para 544 processos no STF (*mais informações nesta página*).

PROCESSOS. Filha do presidente do STF, Melina Girardi Fachin concentrou a maior parte de sua atuação no STF e no STJ após a chegada do pai à Corte. Do total de processos em que atuou nessas instâncias, 69,5% foram protocolados depois da posse de Fachin, em 2015. No STF, três dos sete processos tiveram início após a nomeação do ministro. Já no STJ, esse número foi para 63 dos 88 casos no mesmo período.

Melina teve como principais clientes no STF a Itaipu Binacional e a República do Paraguai – advogados estrangeiros são impedidos por lei de atuar no Brasil. Dos seus sete processos na Suprema Corte, três foram representando o país vizinho e dois a empresa de dupla nacionalidade. O caso foi registrado em 2012, antes da posse de Fachin, e o jul-

gamento ocorreu em 2020, com o ministro já no STF. O magistrado se declarou impedido de participar da votação por causa da atuação da filha.

Em entrevista ao **Estadão**, o ministro disse que essa discussão não pode ter "filhofobia". "Por que um filho deve mudar de profissão quando o pai vira juiz? Não precisa. Precisa ter transparência", disse, ao defender que essas regras sejam incorporadas ao código de ética dos tribunais superiores, proposta que ele vem articulando.

Regras

Ministro deve se declarar impedido para julgar processos em que haja atuação direta de parentes

Gilmar Mendes teve a ex-mulher Guiomar Feitosa com causas nos tribunais superiores após sua posse, em 2002. A advogada se casou com o ministro em 2007 e passou a atuar profissionalmente como advogada a partir da década de 2010. Esta é a razão que faz com que todos os seus processos tenham sido iniciados após a posse de Gilmar.

BLOQUEIO. Em caso de 2019 no STJ, Guiomar atuou pela Braskem em processo sobre pedidos de bloqueio de recursos superiores a R\$ 100 milhões da empresa. O processo foi encerrado em 2020 após

O Estado de São Paulo

Superior Tribunal de Justiça

CNJ apura acusação de assédio sexual a jovem de 18 anos por ministro

Relato foi recebido por Herman Benjamin, que preside o STJ; fato teria ocorrido na casa de praia de Marco Buzzi; Corte abre sindicância

CAROLINA BRÍGIDO
BRASÍLIA

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, recebeu anteontem um relato de que o ministro Marco Buzzi teria cometido assédio sexual contra uma jovem de 18 anos. A notícia foi divulgada pela *Veja* e confirmada pelo *Estadão*. Benjamin foi informado do caso por ministras do tribunal. Ontem, o STJ decidiu abrir uma sindicância para apurar o caso.

O crime teria ocorrido durante o recesso, quando Buzzi recebeu uma família de amigos em sua casa de praia, em Balneário Camboriú (SC). A filha do casal, que chamava o ministro de tio, relatou que Buzzi tentou agarrá-la à força. Acompanhada dos pais, a vítima registrou um boletim de ocorrência na polícia.

O *Estadão* conversou com a mãe da vítima, que pediu respeito à privacidade da filha e da família. Em nota, o advogado Daniel Leon Bialski diz aguardar “rigor nas apurações e o respectivo desfecho perante os órgãos competentes”.



Ministro do STJ, Marco Buzzi é acusado de assédio sexual

“Como advogado da vítima e de sua família, informamos que, neste momento, o mais importante é preservá-los, diante do gravíssimo ato praticado”, afirma o comunicado.

‘SURPREENDIDO’. Buzzi divulgou nota por meio da assessoria do STJ. “O ministro Marco Buzzi informa que foi surpreendido com o teor das insinuações divulgadas por um site, as quais não correspondem aos fatos. Repudia, nesse sentido, toda e qualquer ilação de que tenha cometido ato impróprio”, diz o texto.

Na manhã de ontem, a família prestou depoimento ao cor-

regedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Mauro Campbell, que integra o STJ. O CNJ informou que o caso tramita em sigilo para “preservar a intimidade e a integridade da vítima, além de evitar a exposição indevida e a revitimização”.

A decisão do STJ sobre a abertura de sindicância foi tomada a portas fechadas, por unanimidade. Buzzi participou apenas do início da sessão, quando negou a acusação. Foram designados três ministros para a comissão encarregada da apuração: Isabel Gallotti, Antônio Carlos Ferreira e Raul Araújo. Integrantes do tribunal disseram, em caráter reservado, que Buzzi deve pedir uma licença médica.

SANÇÕES. Entre ministros do STJ, a avaliação é de que o caso é grave e, se for comprovado, Buzzi deverá ser aposentado compulsoriamente. Como se trata de um processo administrativo, essa é a punição mais pesada que ele pode sofrer.

Em outra frente, chegou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a investigação criminal do caso. A polícia encaminhou a ocorrência à Corte, foro indicado para processar ministros de tribunais superiores. ● COLA-

BOROU JOÃO PEDRO BITENCOURT

Veículo
Radar Litoral



CÂMARA DE CARAGUÁ APROVA PROJETO QUE AUTORIZA PREFEITURA A CONCEDER DIREITO DE USO DE IMÓVEL À CASA ESPÍRITA CRISTÃ 'DR. BEZERRA DE MENEZES'

A Câmara Municipal de Caraguatatuba aprovou, por unanimidade, durante a primeira sessão ordinária do ano, realizada na noite de terça-feira (3/2), três projetos de autoria da prefeitura, marcando o início dos trabalhos legislativos após o recesso parlamentar. Pautas voltadas à inclusão, segurança jurídica e valorização do serviço público.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículo
Diário Caiçara



Prefeitura intensifica zeladoria e alcança 21 bairros de Caraguatatuba no início de fevereiro

A Prefeitura de Caraguatatuba iniciou fevereiro com uma ampla força-tarefa de zeladoria urbana, levando serviços essenciais a 21 bairros das regiões Sul, Central e Norte do município. A ação é coordenada pela Secretaria de Serviços Públicos e segue até sexta-feira (6/2), reforçando o cuidado com a cidade e a qualidade de vida da população.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Revista Fórum
Jornal Agora Litoral Norte
Litoral em Pauta
Tamoios News
Fala Caraguá



Cidade do litoral paulista inaugura Padaria Artesanal voltada à geração de trabalho e renda

Iniciativa é focada na qualificação técnica para a produção de diversos tipos de pães, utilizando técnicas que priorizam o valor nutricional e o baixo custo de produção.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Diário Caiçara

Litoral em Pauta

Tamoios News

Jornal do Litoral

Portal Notícias do Litoral

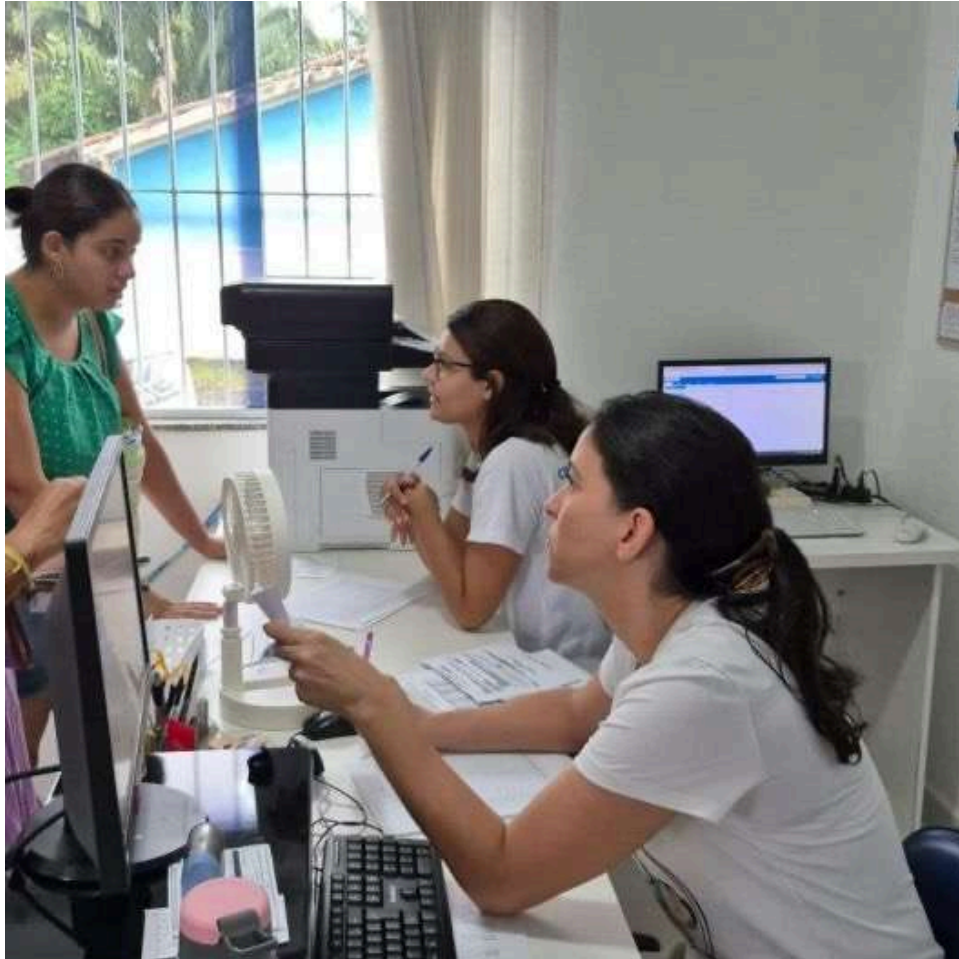


Prefeitura de Caraguatuba e comando da PM se reúnem para definir segurança e fiscalização na “Operação Carnaval”

Representantes das secretarias municipais de Segurança Pública e Mobilidade Urbana, Turismo, Fazenda, Saúde e Urbanismo se reuniram com o comandante da 2ª Companhia da PM em Caraguatuba, capitão Eduardo Oliveira, na sede do batalhão nesta quarta-feira (4/2).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos
Diário Caiçara
Litoral em Pauta
Radar Litoral
Fala Caraguá



CCZ de Caraguatatuba abre 150 vagas para castração gratuita de cães e gatos nesta sexta (6)

O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Caraguatatuba libera, nesta sexta-feira (6/2), 150 senhas para o agendamento de castração gratuita de cães e gatos a partir dos seis meses de idade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Diário Caiçara

Jornal Agora Litoral Norte

Jornal do Litoral



Carnaval de Caraguatatuba 2026 reforça campanha “Não é Não” e amplia ações de segurança

Um dos eventos mais aguardados do calendário turístico de Caraguatatuba, o Carnaval 2026 chega com programação voltada à diversão, à tradição e ao fortalecimento de uma mensagem central: respeito. Neste ano, a campanha nacional “Não é Não” ganha destaque durante a folia como forma de combater o assédio e promover um ambiente mais seguro para mulheres e para todos os foliões.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Jornal do Litoral
Boca no Trombone
G1 Vanguarda
012 News
Notícias das Praias



Justiça condena prefeitura de Caraguatatuba a pagar R\$ 1 milhão por danos ambientais em aterro

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) condenou a Prefeitura de Caraguatatuba a pagar R\$ 1 milhão por danos ambientais em uma área de transbordo e triagem no bairro Barranco Alto.

A decisão desta terça-feira (3) é assinada pela juíza Denise Vieira Moreira, da 1ª Vara Cível de Caraguá. No documento, ela condena o município a “não operar esse aterro ou qualquer outro” e a “abster-se de depositar lixo ou qualquer resíduo, sem as licenças ambientais necessárias”.

Segundo o Ministério Público, a área de transbordo e triagem no bairro Barranco Alto funcionava como um lixão a céu aberto.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Fala Caraguá

Litoral Norte Web

Portal Notícias do Litoral

Litoral Norte Web

Radar Litoral



Folia com responsabilidade: Caraguatatuba reforça prevenção e cuidado com a saúde durante Carnaval

Caraguatatuba entra no clima do Carnaval com foco na conscientização. Neste período, a Prefeitura reforça os cuidados com a saúde pública por meio de ação da Unidade de Atendimento a Moléstias Infectocontagiosas (UAMI).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caraguá



Conselho de Desenvolvimento Urbano abre inscrições para representantes da sociedade civil em março

As inscrições para candidatura serão realizadas presencialmente na Secretaria de Urbanismo de 16 a 20 de março de 2026, das 9h às 12h e das 13h às 16h, mediante apresentação da documentação exigida no edital. Pessoas físicas não precisam comprovar vínculo com entidade. Pessoas jurídicas devem estar regularmente constituídas e apresentar os documentos previstos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Notícias das Praias

Avenida da Praia, em Caraguatatuba, terá trecho interditado durante o carnaval. Confira as opções de tráfego durante a interdição:

A Avenida da Praia será interditada a partir das 16h30, entre os dias 13 e 17, no trecho entre a Rua Prestes Maia e a Rua Sebastião Mariano Nepomuceno para desfile dos blocos. A interdição da principal avenida da cidade foi definida ontem, quarta(4), durante reunião na sede da Polícia Militar, com representantes das secretarias municipais de Segurança Pública e Mobilidade Urbana, Turismo, Fazenda, Saúde e Urbanismo com o comandante da 2ª Companhia da PM em Caraguatatuba, capitão Eduardo Oliveira.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cultura

Veículo
Notícias do Litoral Norte



Projeto Verão 2026 entra na última semana com cinema ao ar livre e shows gratuitos

O Projeto Verão 2026 entra em sua última semana com uma programação cultural gratuita distribuída de norte a sul de Caraguatatuba. Até domingo (8/2), moradores e turistas poderão acompanhar exhibições de filmes ao ar livre e apresentações musicais em diferentes pontos da cidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Litoral em Pauta



🎵☀️ O Projeto Verão 2026 entra nos seus últimos dias de programação, mas ainda dá tempo de curtir as atrações!

🗣️ Nesta quinta-feira (5), a partir das 18h, o Complexo Turístico do Camaroeiro recebe o agito e energia da Banda Abdusom no Canto Caiçara.

🎬 Mais tarde, às 19h, o Cine Verão toma conta da Secretaria de Turismo com o filme "Black Rio! Black Power", seguido do show musical da grande cantora Maria Diva, às 20h30.

🌊 Uma noite repleta de muita música, cultura e cinema para todos!

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículos
Diário Caiçara
Radar Litoral



GCM de Caraguatatuba apreende crack, dinheiro e celular no bairro Perequê-Mirim

A Guarda Civil Municipal (GCM) de Caraguatatuba apreendeu drogas, dinheiro e um celular durante uma ocorrência registrada na manhã de terça-feira (3/2), no bairro Perequê-Mirim. A ação resultou na prisão de um indivíduo suspeito de envolvimento com o tráfico de entorpecentes.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Boca no Trombone



Litoral Norte aparece entre cidades com maiores taxas de homicídio em São Paulo, aponta SSP

Dados divulgados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) na última sexta-feira (30) revelam um panorama desigual da criminalidade no estado, com municípios do interior liderando os índices de homicídio e cidades da Região Metropolitana concentrando as maiores taxas de roubo. Dentro desse cenário, o Litoral Norte paulista chama atenção ao figurar entre as regiões com taxas elevadas de assassinatos por 100 mil habitantes.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos
O Vale

TH Mais

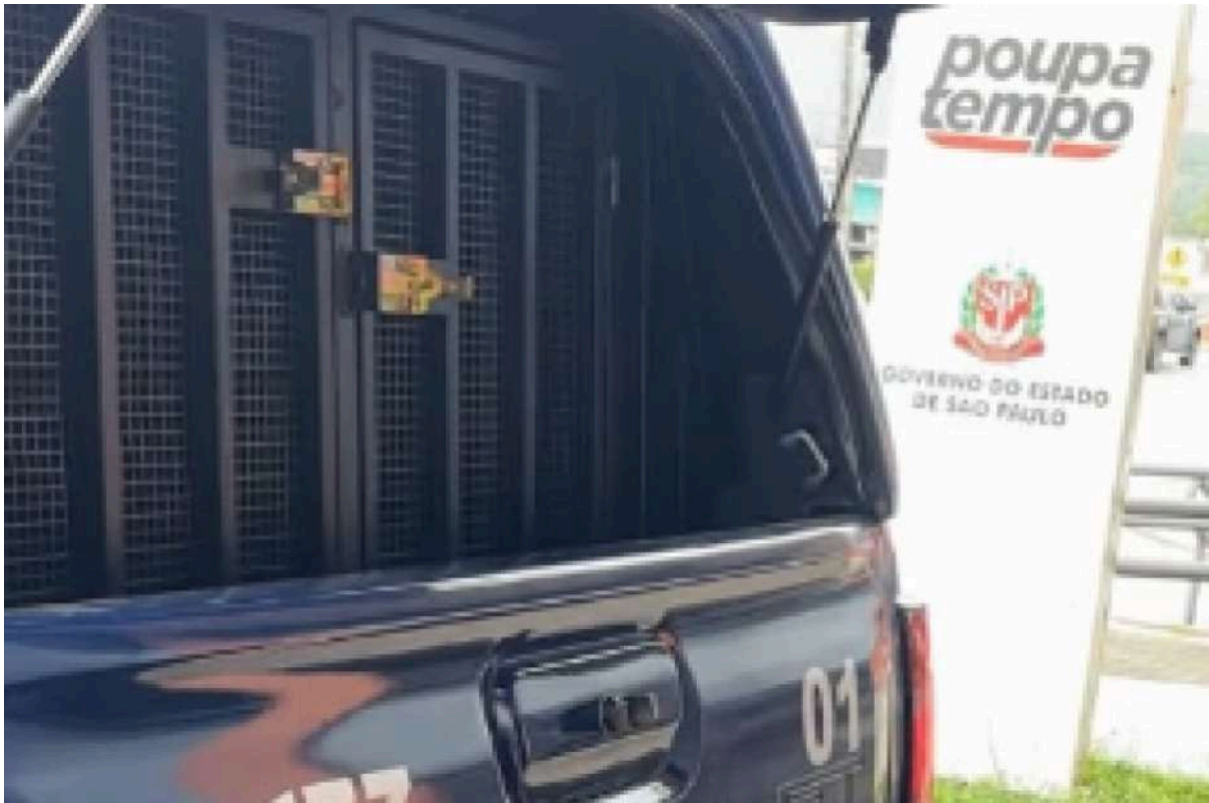


Gustavo é morto a tiros enquanto jogava baralho em bar de Caraguá

Um homem de 30 anos foi assassinado a tiros enquanto jogava baralho em um bar no bairro Perequê-Mirim, em Caraguatatuba, no Litoral Norte, na noite desta terça-feira (4). A vítima foi identificada como Gustavo Rodrigues Sanchez. O crime é investigado pela Polícia Civil.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
O Vale



Procurado por dívida de R\$ 60 mil em pensão é preso em Caraguá

Um homem procurado pela Justiça, com dívida de R\$ 60 mil em pensão alimentícia, foi preso no bairro Indaiá, em Caraguatatuba.

A prisão ocorreu na terça-feira (3), quando a equipe do Gtam (Grupo Tático com Moto) recebeu informações de que o suspeito estava nas dependências do Poupatempo.

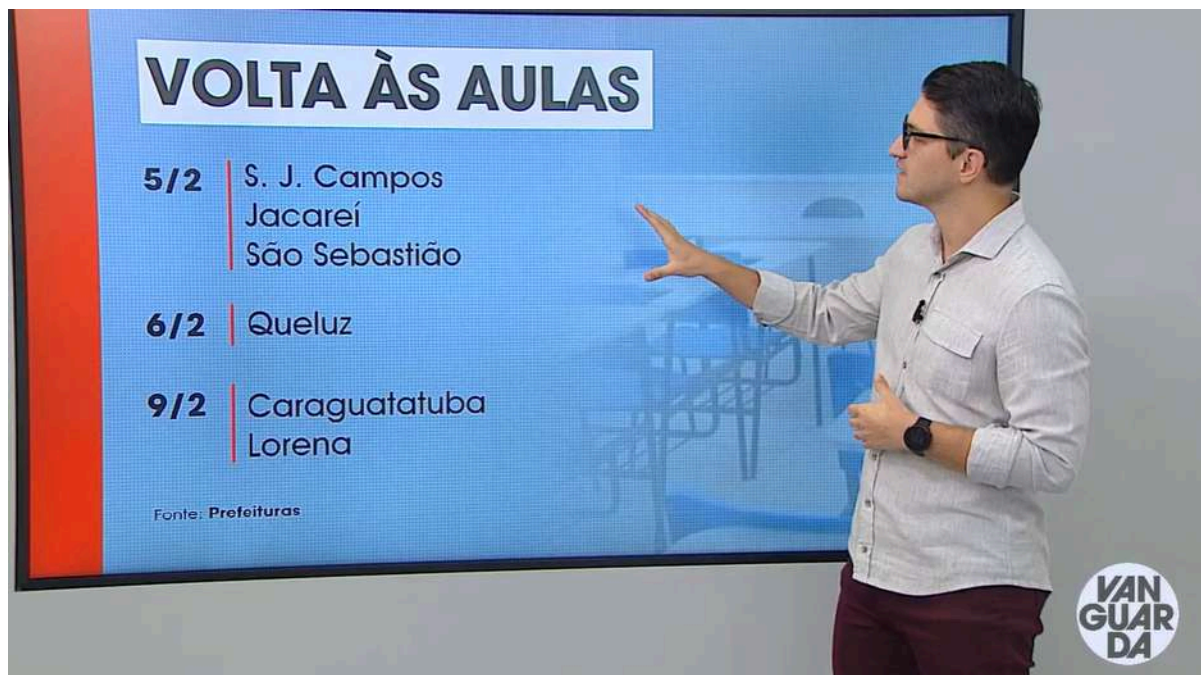
Leia a matéria completa [aqui](#).

Reportagem do Dia

05.02.2026

Reportagem no programa Bom Dia Vanguarda

Pauta: Estudantes das cidades da região voltam às aulas.



Assista a reportagem completa [aqui](#).

05.02.2026

Reportagem no programa Bom Dia Vanguarda

Pauta: Rua fica tomada por lama em Caraguá após obra



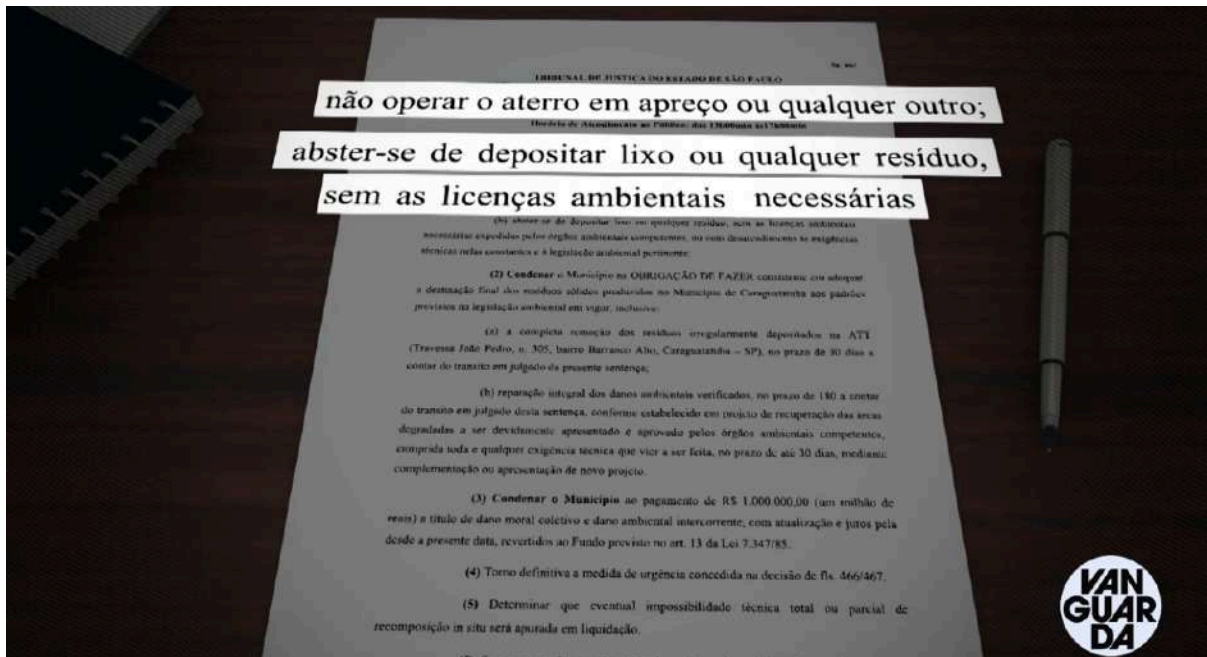
Assista a reportagem completa [aqui](#).

Reportagens Passadas

04.02.2026

Reportagem no programa Jornal Vanguarda

Pauta: Prefeitura de Caraguatatuba é condenada por danos ambientais



Assista a reportagem completa [aqui](#).

04.02.2026

Reportagem na TV Câmara.

Pauta: CRESCE EM CARAGUATATUBA A PROCURA POR FANTASIAS DE CARNAVAL



Assista a reportagem completa [aqui](#).

04.02.2026

Reportagem com o fiscal de posturas, Eumir Silva para a TV Câmara.

Pauta: CARNAVAL SEM ESPUMA, SPRAYS SÃO PROÍBIDOS EM CARAGUATATUBA.



Assista a reportagem completa [aqui](#).

04.02.2026

Reportagem com o presidente da associação de hotéis e pousadas, José Galvão para a TV Câmara.

Pauta: REDE HOTELEIRA DE CARAGUATATUBA ESTÁ OTIMISTA PARA O CARNAVAL



Assista a reportagem completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

31.10.2025

Entrevista com o secretário de saúde, Raphael Ghetti para a TV Câmara.

Pauta: CARAGUATATUBA INAUGURA CENTRO DE REFERÊNCIA DA SAÚDE DA MULHER NESTA QUINTA-FEIRA



Assista à reportagem completa [aqui](#).